

Análise do livro didático de geografia Geração Alpha: Contribuições para a educação para as relações étnico-raciais no 7º ano

Beatriz da Silva Corrêa Paes ¹
Carolina Lima Vilela ²

RESUMO

Este artigo tem o objetivo de analisar a abordagem de livros didáticos de geografia no que se refere às demandas expressas na lei 10.639/03. Especificamente, analisa o livro didático de Geografia da coleção Geração Alpha, para o 7º ano, sob a perspectiva da educação étnico-racial. Compreendendo que livros didáticos são materializações das disputas curriculares, o trabalho apresenta algumas reflexões sobre a forma como os conteúdos de geografia vem sendo trabalhados no sentido da construção de uma educação antirracista, apontando potencialidades e limitações de tais abordagens.

Palavras-chave: livro didático, relações étnico-raciais, ensino de geografia, PNLD, Lei 10.639/03.

Introdução

Os livros didáticos desempenham um papel fundamental na educação brasileira. Historicamente, a educação escolar possui um forte vínculo a esses materiais, e a entrega dos livros no início de cada ano letivo marca não apenas o começo das aulas, mas também a expectativa de descobrir os conteúdos que acompanharão os estudantes ao longo do período. Que aluno nunca se perdeu em meio às aulas de língua portuguesa lendo as tirinhas da *Mafalda*³ ou do *Graúna*⁴ ao longo das páginas? Ou mesmo não conseguia parar de observar os detalhes contidos nos mapas do livro de geografia? É indiscutível a presença marcante dos livros didáticos ao longo da nossa trajetória escolar.

Em um país com profundas desigualdades socioeconômicas, muitas vezes o

¹ Mestranda do programa de MPPEB - Mestrado Profissional em Práticas de Educação Básica do Colégio Pedro II- RJ, beatrizscpaes@hotmail.com;

² Professora Doutora Carolina Lima Vilela, docente do Colégio Pedro II e do MPPEB-CPII - RJ, carolina.vilela.1@cp2.edu.br;

³ Personagem criada pelo cartunista argentino Joaquín Salvador Lavado Tejón, mais conhecido como Quino.

⁴ Graúna é uma tira de cartuns do desenhista Henfil que era publicada originalmente no jornal O Pasquim.



livro didático é o primeiro livro do brasileiro, ou mesmo o único que muitas famílias têm em casa. Conforme Cassiano (2014, p.379) reafirma, “há lugares em que o didático é o único livro que algumas pessoas têm acesso na vida.” Desta forma, trata-se de um material de uso pedagógico que possui extrema relevância na vida das pessoas. A relevância dos livros didáticos não se estende exclusivamente aos estudante e as suas famílias, mas também aos professores, que frequentemente os têm como seu principal recurso de ensino e, em muitos casos, como uma ferramenta para aprender conteúdos que não fizeram parte de sua formação. O sistema educacional brasileiro é muito heterogêneo, e em escolas com pouco acesso ao meio digital, tem nos livros um recurso valioso para o processo de ensino-aprendizagem. De acordo com Silva (2012):

Além de consagrado em nossa cultura escolar, o livro didático tem assumido a primazia entre os recursos didáticos utilizados na grande maioria das salas de aula do Ensino Básico. Impulsionados por inúmeras situações adversas, grande parte dos professores brasileiros o transformaram no principal ou, até mesmo, o único instrumento a auxiliar o trabalho nas salas de aula. (Silva, 2012, p. 806)

Desta forma, podemos afirmar que esses materiais fazem parte da cultura escolar no Brasil, marcando o cotidiano tanto das escolas públicas quanto das privadas. Nas instituições privadas, além dos livros, é comum o uso de apostilas, já que muitos grupos educacionais possuem tanto escolas quanto editoras, transformando a educação em uma oportunidade de negócios — uma realidade que começa a se expandir também para a educação pública. No entanto, é o ensino público que se destaca quando se trata do uso de livros didáticos. Sendo o Brasil um país de dimensões continentais e com a sétima maior população do mundo, o sistema público de educação se sobressai nesse aspecto. Segundo Cassiano (2014), o mercado editorial brasileiro é um dos maiores do mundo no segmento de livros didáticos. Segundo a autora, “praticamente 50% de todos os livros que circulam no país são didáticos” (Cassiano, 2014, p. 377). Essa expressividade do setor é resultado do PNLD - Programa Nacional do Livro Didático.

O Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) foi criado em 1985 e desde então vem ampliando a escala de distribuição dos livros no território nacional e os critérios de avaliação sobre os mesmos. A universalização da distribuição dos livros, estabelecida a partir de 1996, reforça o papel do PNLD na democratização do acesso à



educação e na construção de um currículo nacional. Sem essa política que pensa o acesso ao livro didático nas redes de ensino públicas e institutos federais que aderem ao programa, seria muito mais desafiador propor uma educação de qualidade e que diminuísse as distâncias educacionais.

Em vista disso, entende-se que a análise dos livros didáticos é um caminho interessante para compreender quais obras têm chegado até as escolas e, a partir disso, que tipo de ensino pode ser construído. Este trabalho se dedica a refletir sobre como o livro didático de geografia *Geração Alpha* (Editora SM Educação), do sétimo ano do Ensino Fundamental, nos ajuda a construir uma ensino de geografia que valorize a educação para as relações étnico-raciais. A escolha desta obra se deu a partir da facilidade de acesso aos livros e ao interesse de analisar um elemento presente no cotidiano de uma das autoras. Como professora de geografia no município de Saquarema, durante grande parte da sua docência teve esse livro como recurso disponível na escola em que trabalhou. Desta maneira, este texto se estrutura da seguinte forma: Primeiro será apresentado ao leitor as principais características deste exemplar, buscando informar sobre a sua organização de capítulos e conteúdos abordados, assim como a sua contextualização sócio-histórica; na segunda parte, serão apresentadas reflexões sobre as possibilidades pedagógicas do livro de geografia do sétimo ano *Geração Alpha* para uma Educação para as relações étnico-raciais.

SM Educação e o livro Geração Alpha Geografia 7º ano

Alinhado à Base Nacional Comum Curricular (BNCC), o livro didático de geografia da coleção *Geração Alpha*, da editora SM, tem como foco o ensino da geografia do Brasil. A obra, distribuída aos alunos das escolas públicas por meio do PNLD, conta com 248 páginas e está organizada em nove unidades, cada uma contendo três capítulos, exceto a Unidade 3 — *Brasil: Campo e Indústria* —, que apresenta apenas dois capítulos.

As unidades encontradas no exemplar e que guiam o ensino de geografia do Brasil são: 1- O território brasileiro; 2- A população brasileira; 3- Brasil: Campo e Indústria; 4- Brasil: Urbanização, infraestrutura e sociedade; 5- A região norte; 6- A região nordeste; 7- A região sudeste; 8- A região sul; 9- A região Centro-Oeste. A estruturação das unidades revela que a análise do espaço geográfico brasileiro



desenvolvida neste livro enfatiza os conceitos de região e de regionalização, uma abordagem comumente utilizada na maioria dos livros didáticos de geografia destinados ao 7º ano. Além disso, observa-se uma leitura que valoriza um olhar sobre o desenvolvimento econômico do território brasileiro, privilegiando a geografia econômica.

O livro está em consonância com as orientações estabelecidas pela BNCC para a disciplina de Geografia no 7º ano. Conforme pode ser observado no quadro ilustrativo abaixo, no qual as unidades temáticas aparecem em destaque no topo de cada quadrante, enquanto os objetivos de conhecimento das unidades temáticas são apresentados logo abaixo. Este quadro ilustrativo foi desenvolvido pela autora para que a percepção sobre os conteúdos estipulados pela Base fiquem evidentes por meio de uma leitura rápida.



Quadro ilustrativo 1: Geografia 7º ano BNCC. Fonte: BNCC - MEC - Governo Federal⁵

Assim como percebemos em outras coleções de livros didáticos distribuídas no Brasil, a SM Educação é uma empresa espanhola que possui sua sede na cidade de São Paulo. Segundo consta no *website* oficial da empresa no Brasil, ela “oferece soluções estratégicas e operacionais para a gestão escolar, soluções didáticas, programa bilíngue,

⁵ Quadro ilustrativo elaborado pelas autoras com base nas informações disponíveis em: <http://download.basenacionalcomum.mec.gov.br/>



literatura infantil e juvenil, ensino religioso, tecnologia educacional, assessoria pedagógica e apoio à formação docente.”⁶. A entrada de empresas espanholas na educação brasileira com foco no mercado editorial foi um fenômeno que ocorreu no final do século XX, essas empresas passaram a perceber a importância da América Latina como espaço de oportunidades para ampliar seus lucros, e o Brasil como um dos mais expressivos mercados consumidores desse produto (Cassiano, 2014).

Os autores do exemplar analisado, Fernando dos Santos Sampaio e Marlon Clovis Medeiros, possuem formações acadêmicas vinculadas à USP e à Unioeste. É fundamental refletirmos sobre quem produz o conhecimento presente nos livros didáticos. Aqui, não se trata de fazer juízo de valor sobre a qualificação ou a capacidade de elaboração desses materiais, até porque a obra apresenta tanto pontos positivos quanto negativos, conforme a observação da autora deste texto. No entanto, assim como ocorre em outras coleções em circulação no Brasil, a produção de conhecimento nesta obra permanece restrita a homens brancos da região Centro-Sul⁷. A concentração da produção de conhecimento nos estados das regiões Sudeste e Sul evidencia que a construção de um currículo nacional, apesar da abrangência do PNLD em todo o território brasileiro, não conta com a contribuição de atores de todas as regiões de forma equitativa (Vilela, 2023).

Assim como já foi apontado anteriormente, os conteúdos privilegiam uma abordagem centrada na geografia econômica. A prevalência do discurso econômico como fio condutor dos conteúdos já foi apontado por Vilela (2015) como um aspecto que favorece a hierarquia de valores ligados à noção de desenvolvimento. Como este último não é debatido, e sim considerado como um dado, a possibilidade de se apresentar outras leituras de mundo que favoreçam a educação antirracista e decolonial se revelaram diminutas.

Não foi possível perceber a presença de diálogos com as pautas dos movimentos sociais, o que diminui as possibilidades de conexão com as demandas dos grupos da sociedade que foram historicamente subalternizados e excluídos da produção oficial de saberes. Por fim, embora o material cumpra o que é exigido para a disciplina,

⁶ Informações disponibilizadas pela SM Educação na página <https://www.smeducacao.com.br/>.

⁷ Classificação proposta pelo Geógrafo Pedro Pinchas Geiger na divisão de 3 regiões geoeconômicas. A região centro-sul compreende a região Sul e a maior parte das regiões sudeste e centro-oeste da classificação do IBGE. O Centro-Sul seria a região mais povoada e com maior expressividade no desenvolvimento econômico.



ele se mantém dentro de uma abordagem tradicional, sem inovações que ampliem a reflexão geográfica em uma análise inicial.

Apesar dos pontos negativos mencionados, a obra apresenta também diversos aspectos positivos. Sua estrutura facilita o trabalho em sala de aula, com um amplo uso de imagens e mapas que auxiliam na compreensão dos conteúdos. As unidades são bem organizadas, e as atividades intituladas “*Ampliando Horizontes*”, “*Leitura de Imagens*” e “*Atividades Integradas*” permitem que os alunos relacionem a temática do capítulo a assuntos contemporâneos, promovendo uma aprendizagem mais contextualizada e significativa.

Educação para as relações étnico-raciais e o livro Geração Alpha

Embora a estrutura do livro contribua para a prática pedagógica na sala de aula, sua abordagem ainda carece de uma perspectiva mais ampla e crítica, especialmente no que diz respeito à educação para as relações étnico-raciais. A ausência de foco em uma proposta antirracista e decolonial no material didático reflete uma limitação já mencionada na seção anterior deste artigo, as questões étnico-raciais e sua importância na construção de um currículo mais inclusivo e representativo são fundamentais na produção de outros currículos de geografia.

O Brasil carrega em sua história um passado colonial cujas marcas ainda são profundamente perceptíveis na sociedade. O racismo é uma consequência direta desse processo, que foi sustentado pela exploração mercantilista e pela escravização de milhões de africanos, sequestrados e forçados a trabalhar sob condições desumanas por mais de 300 anos. Essa violência sistêmica não poderia ocorrer sem deixar impactos duradouros, e a escola, como parte da sociedade, não está apartada desses problemas gerados ainda no âmbito colonial. Por isso, é imprescindível que os livros didáticos sejam elaborados como ferramentas de combate ao racismo, promovendo uma educação que reconheça as consequências do colonialismo e contribua para uma formação antirracista e decolonial.

A Lei 10.639 de 2003 foi uma conquista fruto das lutas do movimento negro por demandas que incluíam a educação. Essa lei estabelece a obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileira, sendo uma das mais relevantes na esfera das políticas de combate ao racismo. No entanto, mesmo após mais de vinte anos de sua



promulgação, ainda observamos a ausência de uma preocupação efetiva em desenvolver materiais que priorizem a educação para as relações étnico-raciais, o que impede que o ensino de geografia tenha uma abordagem que atenda à legislação e às demandas pensadas pelos movimentos sociais.

Conforme explicam Souza e Machado (2021), é possível pensar em um ensino de geografia que incorpore os debates da Educação para as relações étnico-raciais:

Podemos afirmar, portanto, que todo conteúdo que envolve os objetivos de aprendizagem em Geografia podem ser “racializados”, ou seja, são passíveis de terem o aspecto racial como parte da análise em sua dimensão espacial. Para que isso aconteça é necessário que a Geografia na escola traga possibilidades didático-pedagógicas para que crianças e adolescentes se sensibilizem para a percepção da diferença racial como um elemento que interfere nas relações sociais e na produção e reprodução do espaço e compreenda a formação social brasileira e o processo de marginalização vivenciado pelos/as negros/as no Brasil ao longo da história. (Souza e Machado, 2021, p. 5)

Isto posto, o livro de geografia do 7º ano da coleção Geração Alpha apresenta exemplos e leituras que inserem os povos indígenas e a população negra nos conteúdos abordados. Na maioria das vezes, esses grupos são referidos como "povos tradicionais". A população negra é mencionada em textos sobre o Brasil colonial, quilombos e nas estatísticas, mas há pouco diálogo efetivo com as realidades contemporâneas desses grupos e com os movimentos sociais. Além disso, são raros os exemplos que promovem representações positivas e que fujam de estereótipos. Apesar do potencial para abordar os conteúdos de forma intercultural e decolonial, com um enfoque no combate ao racismo, essa perspectiva é explorada de maneira superficial e limitada.

Considero, portanto, que a obra não atende suficientemente às demandas previstas pela legislação, como a Lei 10.639/03, que obriga o ensino da história e cultura afro-brasileira. Embora a redação da lei não exija que o currículo de geografia seja estruturado a partir dessas questões, ela reforça a necessidade de refletir sobre as contribuições da população negra ao longo da história e no contexto atual. Nesse sentido, é responsabilidade de todos nós participar ativamente desse processo educativo e promover uma educação antirracista, que vá além do básico e realmente enfrente os



desafios do racismo estrutural em nossa sociedade.

Considerações Finais

O livro didático *Geração Alfa* apresenta uma estrutura de fácil compreensão e bem organizada, mas muito resumida, limitando a profundidade dos temas abordados. Embora cumpra as orientações da BNCC, sua abordagem da Geografia do Brasil precisa de um olhar mais amplo e crítico, que incorpore perspectivas interculturais, decoloniais e antirracistas. Essa ausência reduz o potencial do material em promover reflexões significativas e em dialogar com as diversas realidades culturais e sociais do país, restringindo-se ao cumprimento básico das diretrizes educacionais.

Os livros didáticos, por serem recursos amplamente acessíveis a todos os estudantes das escolas públicas por meio do PNLD, desempenham um papel de grande importância, dada a sua abrangência e impacto em todo o território nacional. Em razão dessa relevância, é fundamental que a construção desses materiais considere um ensino de geografia que promova a educação para as relações étnico-racial, sendo uma ferramenta indispensável na luta contra o racismo.

REFERÊNCIAS

CASSIANO, Célia Cristina de Figueiredo. Materiais didáticos e ensino na escola básica: impactos no currículo e na produção editorial brasileira. **Remate de Males**, Campinas, SP, v. 34, n. 2, p. 375-396, 2014.

DE SOUZA, Lorena Francisco; MACHADO, Luiza Helena Barreira. O ENSINO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS A PARTIR DE CONTEÚDOS GEOGRÁFICOS NA EDUCAÇÃO BÁSICA. **Revista Signos Geográficos**, v. 3, p. 1-36, 2021.

SILVA, M. A. A fetichização do livro didático no Brasil. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 37, n. 3, p. 803-821. set./dez. 2012.

VILELA, Carolina Lima. Interdiscursividade e interdição no discurso do conhecimento escolar e Geografia. **Pro Posições**, v. 26, n. 1 (76) | p. 199-216 | jan./abr. 2015

VILELA, Carolina Lima. Currículo da Geografia Escolar: de onde se produz o sentido de mínimo comum?. **Geo UERJ**, n. 43, 2023.

